



EMPODERAMENTO E PROTAGONISMO DO BIBLIOTECÁRIO COM DEFICIÊNCIA NAS BIBLIOTECAS BRASILEIRAS

EMPOWERMENT AND PROTAGONISM OF THE LIBRARIAN WITH DISABILITIES IN BRAZILIAN LIBRARIES

Isabel Cristina dos Santos Diniz, Universidade Federal do Maranhão -
isabel.diniz@ufma.br

Luziangela Cordeiro, Universidade Federal do Maranhão -
luziaangela.cordeiro@gmail.com

Mariana França Silva, Universidade Federal do Maranhão -
marianasilvaf999@gmail.com

Eixo Temático 1: Não deixar ninguém para trás

INTRODUÇÃO

Segundo o Dicionário Online de Português (2022) empoderamento significa tornar-se poderoso, possuir autoridade. E protagonismo a qualidade da pessoa que se destaca. Dessa forma, pode-se compreender empoderamento e protagonismo como ações e características que levam o ser humano a possuir poder, domínio e capacidade de mudar uma situação.

Tais características são importantes para as pessoas que desejam exercer um papel de mudança na sociedade como os bibliotecários, com a sua importância elevada em casos de minorias que enfrentam a marginalização na sociedade com sua tomada de decisão e poder de fala usurpada. Como por exemplo as pessoas com deficiência (PCDs), para elas questões como empoderamento e protagonismo são vitais porque as auxiliam a garantir seus direitos e a ter acesso a serviços e liberdades como educação, saúde e cultura.

Para garantir acesso a seus direitos às PCDs precisam de amparo legal e social. Segundo Sasaki (2009), inclusão é o processo que torna a sociedade adequada para a diversidade humana, o corpo social precisa estar preparado para lidar com a sua diversidade, sobretudo em uma sociedade tão diversa como a



brasileira. Para garantir o acesso de PCDs a locais onde elas possam viver e exercer sua cidadania é imprescindível que os ambientes sociais sejam pensados e elaborados levando em consideração a acessibilidade. Assim, Sasaki (2009) contextualiza que a acessibilidade é formada por seis dimensões (acessibilidade arquitetônica, atitudinal, instrumental, programática, comunicacional e metodológica) que não podem ser desconsideradas.

Neste caso, a acessibilidade atitudinal consiste em atitudes ou comportamentos que não impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência, de modo que esta, tenha condições de igualdade e de oportunidades como as demais pessoas. Este tipo de acessibilidade provém do indivíduo que tem empatia com a situação em que o outro está a passar, e sabe ou se permite se colocar no lugar do outro e imaginar a dor, o sofrimento e sentir a restrição que o outro está a sofrer. É imperativo afirmar que é através da acessibilidade atitudinal que o indivíduo pensará nos demais outros tipos de acessibilidade, rompendo com barreiras arquitetônicas, sociais, no transporte, na comunicação, no teor das leis, dentre outros.

Assim, a função social exercida pelo bibliotecário de mediar a informação, e auxiliar o usuário na busca por lazer, educação e cultura, deve ser exercida levando em consideração as dimensões de acessibilidade, especialmente, a atitudinal. As dificuldades de inclusão social que as PCDs enfrentam na sociedade, o empoderamento e protagonismo dessas pessoas não pode ser ignorado durante a elaboração das atividades e exercício da profissão.

Esse tema tem uma relevância ainda maior quando se leva em consideração os bibliotecários que também são PCDs. Profissionais que enfrentam barreiras sociais como as PCDs ao mesmo tempo que tem uma nova perspectiva sobre sua profissão, podem exercê-la sob um novo olhar.

Sendo assim, a presente proposta de pesquisa apresenta por objetivo geral: analisar os contributos dos bibliotecários com deficiência lotados em bibliotecas quanto à implantação de projetos de ação e estratégias voltados para o usuário com deficiência. Para tanto, têm por objetivos específicos: identificar se com a inserção



de bibliotecários com deficiência no mercado de trabalho pode conduzi-lo para uma vivência de empoderamento e de autoadvocacia e se rompe com o seu isolamento social; e diagnosticar as experiências e casos (programas, projetos e ações) de uso de tecnologias assistivas e de soluções acessíveis desenvolvidas por esses bibliotecários nas bibliotecas que atuam.

Estudo inovador, visto que na literatura sobre Biblioteconomia e Ciência da Informação inexistem estudos semelhantes que analisem a questão das ações e estratégias sobre acessibilidade desenvolvidos por bibliotecários com deficiência.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Durante um longo período da história, PCDs sofreram com estigmas sociais e péssimas condições de tratamento, seja no âmbito familiar ou médico. Até mesmo as definições e especificações de quem eram essas pessoas e o que era necessário para considerar um membro da sociedade como pessoa com deficiência foi influenciado por esse estigma.

A partir da luta dos movimentos sociais para dar visibilidade e atender as demandas das PCDs, o conceito de deficiência passou a ser gradualmente visto não como um problema individual ou uma anormalidade do ser humano. Mas, sim como um problema social, uma falha da sociedade que não está apta para receber todos igualmente. Assim, foi criado o Modelo Social de Deficiência. As lutas e movimentos de PCDs pela sua causa influenciou mudanças nos setores acadêmicos e médicos que passaram a enxergar as PCDs não como um mero objeto de estudo a ser quantificado, mas como pessoas com conhecimentos e habilidades diferenciadas para ver, sentir e conhecer o mundo.

Para a definição médica de deficiência, a normalidade humana podia ser definida por termos estatísticos, porém para os teóricos criadores do Modelo Social de Deficiência, a normalidade tinha um valor atrelado à capacidade de produção humana no capitalismo, responsável pela exclusão das PCDs na sociedade. Para Diniz (2007) os teóricos do Modelo Social acreditavam que a segregação social das PCDs não era um acontecimento universal, mas, sociológico. Entretanto, existia a falta de estudos sobre a vida de PCDs em outras sociedades e períodos históricos.



Com a Constituição brasileira (BRASIL, 1988), seguindo dos acordos e eventos internacionais sobre PCDs, o Estado brasileiro tomou várias medidas legais para garantir os direitos e a proteção dessas pessoas. Cabe destaque para a Declaração de Salamanca (1994), que garantiu o acesso das PCDs à educação. O Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que institucionalizou uma política nacional de integração da pessoa com deficiência. E, a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, uma lei brasileira para inclusão da pessoa com deficiência, com a qual o Estado busca garantir a igualdade de direitos e inclusão social das PCDs, caracterizando cidadãos com deficiência como:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (Lei nº 13.146, 2015).

A legislação nacional percorreu um longo caminho até essa conceituação, influenciada por órgãos e entidades internacionais para não relegar os cidadãos com deficiência à margem da sociedade. Segundo Jacinto (2008), a forma como a palavra "deficiência" é relacionada a um cunho negativo voltado para a incapacidade ou anormalidade, fato que influencia a compreensão distorcida da sociedade quanto ao fenômeno da pessoa com deficiência. O estudo sobre a definição desses termos deve ser feito, de um modo que desconsidere os preconceitos, com o objetivo de conscientizar a sociedade de que as PCDs são seres capazes e com direitos à educação, a serem absorvidos nos mercados de trabalho, a amar e viver como qualquer outra pessoa.

Quanto à formação biblioteconômica, esta esteve atrelada a erudição dos grandes mestres, tais como monges, sacerdotes e reis, que monopolizavam entre si, todo e qualquer saber filosófico. Tendo assim, desenvolvido categoricamente um perfil passivo de valores humanistas. Podemos observar, na literatura de Buys (2011, p. 340), "O humanismo do Renascimento e outras circunstâncias possibilitaram grandes transformações do pensamento que o homem tinha a respeito do universo e de sua posição nele".



Apesar dos ganhos marcados pelos ideais humanistas, em termos de valoração e guarda de escritos, os avanços do progresso tecnológico descentralizaram esses modos, e sentenciou outras diretrizes técnicas para a organização do conhecimento, como os sistemas de classificação: Classificação Decimal Universal e Classificação Decimal de Dewey. Sendo assim, “A perspectiva profissional engloba desde a formação até os estudos de mercado de trabalho. A técnica, as formas de controle, processamento e armazenamento da informação e, também, o uso das novas tecnologias e linguagens documentárias”. (CASTRO, 2000, p, 22).

Enquanto, os espaços de livros “bibliotecas”, deixou de ser um tentáculo elitista e se aproximou da sociedade civil, em especial, das populações camponesas na Idade Média até as classes proletárias, por volta do século XX. Neste enredo, se estabelecem lutas e movimentos sociais que combatiam as desigualdades sociais, por exemplo, a universalização da educação. Pois, como ressalta Milanesi (2002), “As taxas de analfabetismo na Idade Média eram exorbitantes. Sendo assim, a aquisição da leitura e da escrita eram reduzidos somente aos monges, escribas ou bacharéis”.

Atualmente, a biblioteca para Sanches (2014), Chaputula e Mapulanga (2016), deve buscar quebrar velhos paradigmas sociais, a partir da identificação e remoção de possíveis barreiras encontradas, na tentativa de criação de ambientes acessíveis direcionados para essa nova vertente, pautados no acesso ao conhecimento através de canais e fontes diversificadas de informação em vários formatos. Dessa forma, a biblioteca deve ser um ambiente que acolhe a toda gente em potencial, onde seu cartão de visita está na disponibilidade de produtos e serviços que supram as necessidades informacionais de um público variado.

Para Diniz (2021) a biblioteca não deve ser um ambiente colaborativo para gerar exclusão e deficiência, mas um local que oportuniza acesso informacional a todos, disponibilizando apoio necessário à boa execução da função educativa do ensino superior, favorecendo a formação de cidadãos informados, críticos, autônomos e intervenientes na sociedade, independentemente de ter ou não algum

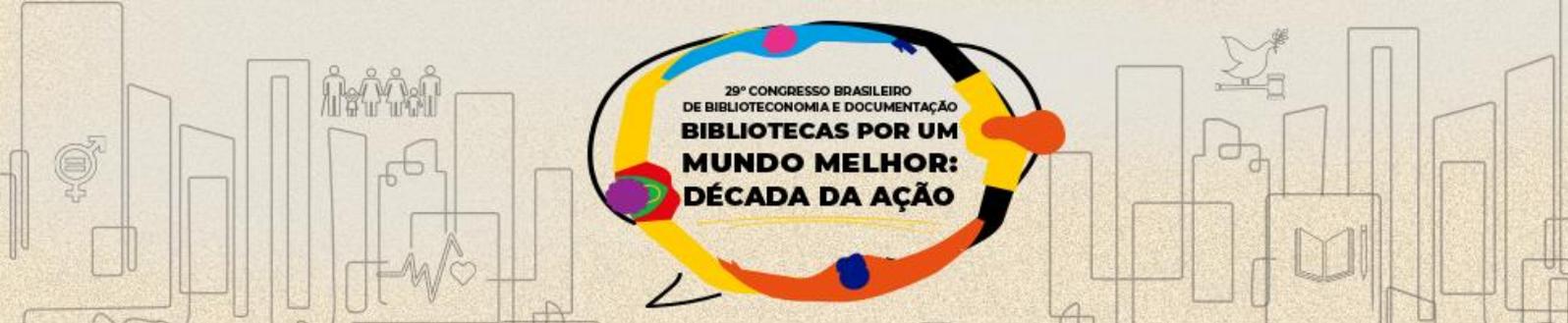


tipo de deficiência. A mesma autora enfatiza que tudo pode se tornar mais fácil se na equipe de bibliotecários houver profissionais com deficiência. Isto porque ninguém melhor para pensar em serviços e produtos acessíveis do que a própria pessoa com deficiência.

Portanto, as PCDs precisam ter representatividade e visibilidade na biblioteca. Espaço feito por bibliotecários PCDs para usuários com deficiência, o protagonismo deve prevalecer. O bibliotecário com deficiência deverá ressaltar com muito mais força a importância dos conceitos de representatividade e de autonomia ao promover as ações e projetos de inclusão real para as PCDs, focando com mais propriedade suas potencialidades, na contramão do movimento que apenas evidencia suas limitações. (DINIZ, 2021). Dessa forma, o bibliotecário com deficiência terá muito mais sensibilidade para com as preferências dos usuários com deficiência por determinados recursos informacionais e tipos de acesso. Que particularidade para um bibliotecário sem deficiência poderá passar despercebida.

Assim, o bibliotecário com deficiência terá mais foco na inclusão quanto ao planejamento da rotina de atividades, serviços e produtos acessíveis dentro de uma biblioteca. Buscando aperfeiçoar e inovar a qualidade dos serviços e produtos prestados. E, dentre as diversas atividades de planejamento em uma biblioteca, o processo de formação e o desenvolvimento de coleções será muito mais pensado dentro da perspectiva dos usuários com deficiência reais e potenciais. Favorecendo o crescimento harmônico e coerente das coleções (seleção e aquisição), sua preservação, conservação, desbastamento, dentre outras.

Assim sendo, este bibliotecário pensará na existência de uma política de formação e desenvolvimento de coleções (PFDC) condizente com o objetivo da unidade de informação. “Informação esta que estabelece ações, regras ou legislações que vão delinear estratégias, priorizar a determinação de instrumentos e critérios, para facilitar assim as tomadas de decisão no que dizem respeito a todas as atividades decorrentes do planejamento e desenvolvimento do acervo acessível e inclusivo.” (DINIZ; ALMEIDA; FURTADO, 2020, p. 310).



MÉTODO DA PESQUISA

Esta proposta de pesquisa trata de um estudo descritivo, quali e quantitativo, conforme Quadro 1 descreve as atividades previstas. Assim, busca analisar os contributos dos bibliotecários com deficiência lotados em bibliotecas brasileiras quanto à implantação de projetos de ação e estratégias voltados ao usuário com deficiência.

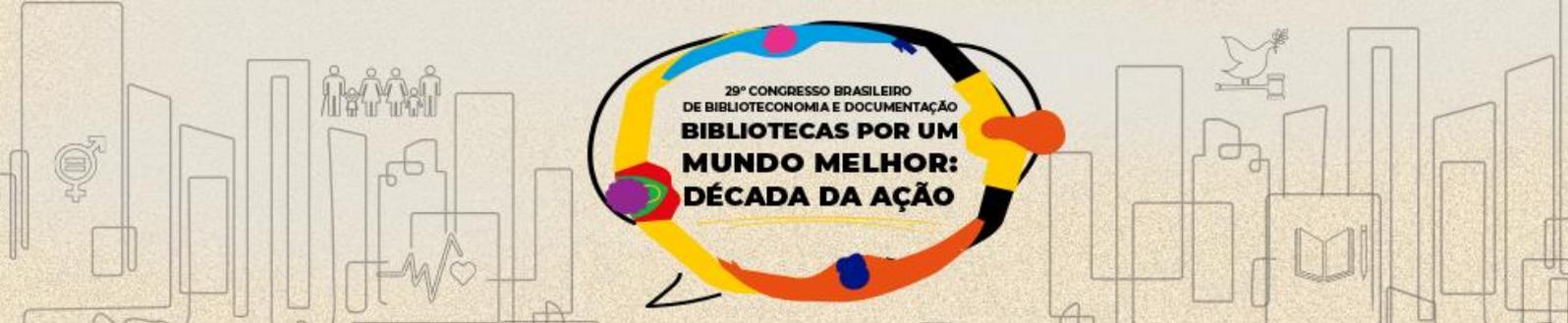
O instrumento de coleta de dados será um questionário aplicado via plataforma *Google Formulários* aos bibliotecários com deficiência auditiva, física, visual e múltiplas deficiência de funcionários de bibliotecas no Maranhão, Ceará, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e outros. Esse questionário está dividido em quatro seções.

A primeira seção tratará dos dados de identificação geral dos respondentes. A segunda seção contará com questões que sondarão os reflexos que a inserção de bibliotecários com deficiência no mercado de trabalho oferece a uma vivência de empoderamento e de autoadvocacia e se rompendo com o seu isolamento social. A terceira seção terá questões que identificaram as experiências e casos (programas, projetos e ações) de uso de tecnologias assistivas e de soluções acessíveis desenvolvidas por esses bibliotecários nas bibliotecas onde atuam. As informações coletadas serão tratadas e tabuladas em planilhas eletrônicas para melhor manipulação e posterior análise exploratória.



Quadro 1: Cronograma de Atividades para o Projeto de Pesquisa Empoderamento e Protagonismo do Bibliotecário com Deficiência nas Bibliotecas Brasileiras

Atividades	Período de Execução (meses/ano)																			
	2022/2023																			
	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Identificar e mapear os bibliotecários com deficiência distribuídos pelo Brasil	█	█	█	█																
Elaborar, aplicar e receber o termo de consentimento a ser encaminhado para as bibliotecas onde estão lotados os bibliotecários com deficiência	█	█	█	█	█	█														
Revisão de literatura sobre a temática abordada	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█			
Leitura, discussões e fichamento dos textos	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█			
Elaborar o modelo de análise	█	█	█	█																
Preparar os instrumentos de coleta de dados acessível – Questionário	█	█	█	█																
Pré-testagem dos instrumentos de coleta de dados acessível – Questionário					█															
Aplicar o instrumento de coleta de dados acessível – Questionário						█	█	█	█	█	█	█	█	█						
Tratar os dados															█	█	█			
Repassar toda a programação do evento a ser participado e/ou organizado pelos petianos para a equipe responsável pela manutenção e divulgação nas redes sociais deste PET e na mídia.	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█			
Redação do relatório técnico-científico de conclusão das atividades, pontuando os avanços, obstáculos e interações do objeto de estudo ao longo da pesquisa	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█			
Redação de artigos para submissão na Revista BIBLIOMAR	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█			



RESULTADOS

Os resultados esperados com a atividade priorizam melhorias para o curso, para a Educação, para a sociedade, além de permitir a socialização dos resultados de toda a produção científica em publicações. O projeto produzirá o conhecer como e onde bibliotecários com deficiência estão atuando no mercado de trabalho; se estão dando bons retornos à sociedade quanto à acessibilidade e inclusão; b) Conhecer mais essa oportunidade de atuação para o bibliotecário; c) Contribuir com os estudos e reflexões sobre as temáticas abordadas e; d) Desenvolver novas metodologias de trabalho e estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, objetiva-se romper com o ciclo de desempoderamento que permeia toda a vida das pessoas com deficiência, de modo que estas passem a ser advogadas de si mesmas, resgatando seu valor enquanto seres humanos. Então, os bibliotecários com deficiência atuando em bibliotecas podem ter muito mais autonomia para pensar projetos e ações com viés na acessibilidade e inclusão. Esses bibliotecários se tornam protagonistas de suas histórias, quando passam a perceber o peso da sua própria influência nas decisões coletivas e na importância de sair do estado de passividade para buscar seus direitos. O empoderamento desses sujeitos com suas ações individuais e coletivas são fatores indispensáveis para o seu desenvolvimento como protagonistas. Respeitando o lema das pessoas com deficiência. “Nada sobre nós sem nós”.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9. 674, de 25 de junho de 1998.** Dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário e determina outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9674.htm. Acesso em: 10 jul. 2022.

BUYS, Rogério Christiano. A Psicologia humanista. *In*: VILELA JACÓ, Ana Maria; FERREIRA, Arthur Arruda Leal; PORTUGAL, Francisco Teixeira. (org.) **História da**



Psicologia: rumos e percursos. 2. ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2011, cap. 20, p. 339-347.

CASTRO, César Augusto. **História da Biblioteconomia brasileira**. Brasília, DF: Thesaurus, 2000.

CHAPUTULA, A. H.; MAPULANGA, P. M. Provision of library services to people with disabilities in Malawi. *South African Journal of Libraries and Information Science*, n. 82, v. 2, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.7553/82-2-1619>. Acesso em: 14 jul. 2022.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

DINIZ, I. C. S.; ALMEIDA, A. M.; FURTADO, C. C. Bibliotecas universitárias em busca de acessibilidade programática: quebra de barreiras (in) visíveis nas políticas de formação e desenvolvimentos de coleções no Brasil e em Portugal. In: ALMEIDA, Flávio Aparecido de. Políticas públicas, educação e diversidade: uma compreensão científica do real. Guarujá (SP): Científica Digital, 2020, V.1, Cap. 23, p. 310-324, DOI 10.37885/200901408 <https://downloads.editoracientifica.org/books/978-65-87196-44-2.pdf> Acesso em: 4 abr. 2021.

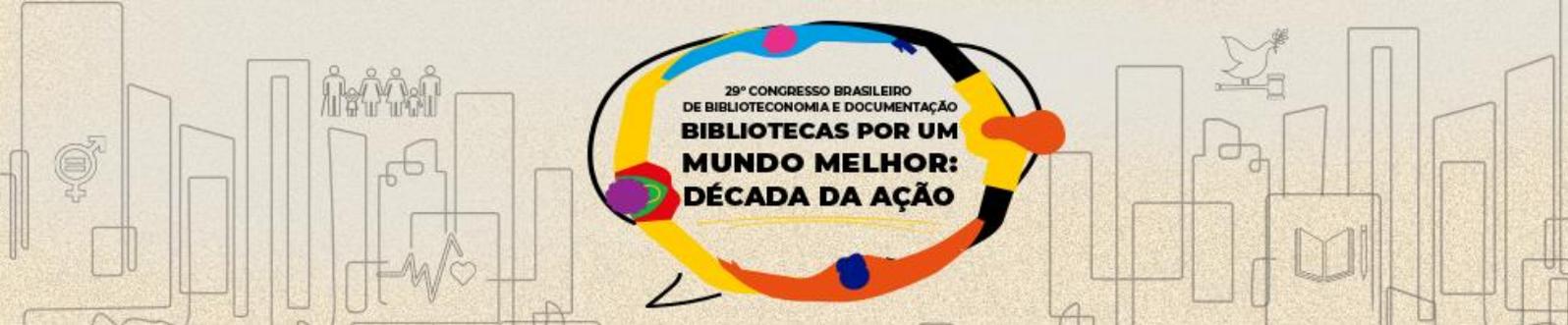
DINIZ, Isabel Cristina dos Santos. Usuários com deficiência e as bibliotecas universitárias brasileiras e portuguesas: praticando acessibilidade. In: GUILHERMA, Willian Douglas (Org.). **A Educação como Diálogo Intercultural e sua Relação com as Políticas Públicas**. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020, v. 3, Cap. 19, p. 163-173. DOI 10.22533/at.ed.56020190319 Disponível em: <https://www.finersistemas.com/atenaeditora/index.php/admin/api/ebookPDF/3079> Acesso em: 4 abr. 2022.

EMPODERAMENTO. In: DICIO, **Dicionário online de português**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/empoderamento/>. Acesso em: 20 de jul. 2022

JACINTO, Solange. A biblioteca pública e os deficientes físicos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v 4, n 2, 2008

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. Cotia: Ateliê Editorial. 2002.

PROTAGONISMO. In: **Dicio, Dicionário online de português**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/protagonismo/>. Acesso em 20 de jul. 2022.



SANCHES, T. Desafios para os bibliotecários portugueses na esfera da educação superior : explorando territórios formativos. **Revista Da Sociedade Portuguesa de Ciências de Educação**, n. 1, v. 2, 2014, p. 109–122.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

AGÊNCIAS FINANCIADORAS

FNDE. Programa de Educação Tutorial (PET) do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).